#44 SÉRIE II NOVEMBRO 2021

anti—capitalista

Ir à luta sem medo, a esquerda pelo seu povo.

Desconfinar as lutas, teses da 5ª Conferência da Rede Anticapitalista
PP 4—5

Crise orçamental e eleições
PP 2—3

O mito da praxe e a alternativa da esquerda
P 6

A crise orçamental desemboca em eleições

A novidade da semana anterior à publicação desta edição da Revista Anticapitalista foi o fracasso das negociações orçamentais entre o governo e o PCP. Que as negociações com o Bloco eram difíceis, já se sabia, em particular desde as eleições de outubro de 2019 e, sobretudo, desde o Orçamento aprovado em finais de 2020 para vigorar neste ano. Não foi então possível haver um acordo entre o Bloco e o governo, dado que o nosso partido exigiu medidas estruturantes no Serviço Nacional de Saúde e nas condições de trabalho, entre outros temas, e o PS não estava disposto sequer a discuti-las. Encontrou então uma outra atitude no PCP e estabeleceu com esse partido um acordo que garantiu a aprovação do Orçamento. Foi o que falhou este ano.

Apesar da persistente recusa do PCP, que vem de 2015 e da formação da geringonça, em coordenar ou pelo menos estabelecer um sistema de consultas com o Bloco, vários dos temas suscitados por um e outro partido coincidem na intenção e, frequentemente na formulação. Havia no entanto uma diferença substancial até agora: o Bloco propunha que o Orçamento fizesse parte de um acordo de políticas para um ano, que incluíssem as leis laborais, e o PCP recusava a sua inclusão nos temas em discussão orçamental com o governo. A completa mudança de posição a este respeito ajudou a quebrar o tabu das leis laborais e levou o governo a essa discussão, em que propôs algumas modificações legais (resumidas na página 3). No entanto, esse avanço sofria de vários limites: evitava mudanças substanciais na lei laboral (por exemplo, alteração da indemnização por fim de contrato laboral era restringida aos trabalhadores com contrato a prazo e excluía os que têm contrato sem termo), além de remeter frequentemente para medidas a adoptar depois desta legislatura.

Se esta pressão tivesse sido feita por toda a esquerda e de modo conjugado no ano passado, é provável que houvesse então mais ganhos a registar. Mas as coisas são o que são e aqui estamos, o governo e o PCP entraram em choque, presumivelmente porque pesou na escolha daquele partido o não cumprimento de promessas e acordos anteriores, como se queixou durante os meses do verão. Essa falta de confiança inquinou as relações políticas e, perante a percepção da fragilidade das respostas, particularmente na saúde e emprego, o acordo anterior rompeu-se.

Haverá eleições e a esquerda deverá apresentar-se com orgulho do que fez, com convicção sobre o que o PS não deixou fazer e, sobretudo, com uma resposta para quem está a ser pisado pelo desemprego, pela precariedade, pela pobreza. O PS tentará fazer da campanha um jogo de passa-culpas, pedindo maioria absoluta, como já o fez em 2019. Falhará, mas essa tentativa procura envenenar o debate e criar uma cultura de medo. Para o PS, o apelo de voto vai ser o medo e o poder absoluto.

A posição da esquerda é outra: não estamos a ajustar contas, isso é o que menos interessa ao povo, mas sabemos que a nossa obrigação é responder pelo que é preciso fazer em 2022 e nos próximos anos. Saúde, trabalho, justiça social. Estamos na luta.

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 Editorial
A crise orçamental desemboca em eleições

3 Orçamento
Os nove pontos prioritários na discussão entre o Bloco e o governo

4 Lutas
Desconfinar as lutas, teses da 5ª Conferência da Rede Anticapitalista

6 Praxe
O mito da praxe e a alternativa da esquerda

7 Bívora
Toda a verdade sobre a fisga de Schroedinger

8 Espetáculo
O Barco

9 Leituras
"Por quem os sinos dobram"
Ernest Hemingway
"A Pedagogia do Oprimido"
Paulo Freire

Dossiê | Sectarismo
As seitas religiosas na cruzada da extrema-direita
FL
Beber o Koolaid: o perigo dos cultos
Andreia Galvão
O sectarismo é o cancro da política (e da esquerda)
Francisco Louçã
O anti sectarismo de Espinosa
Alexandre Portela
Três casos para refletir sobre sectarismo, divisão e união
Sofia Lopes

Conselho editorial
Alda Sousa
Ana Bárbara Pedrosa
Ana Pardal
Andrea Peniche
António Figueira
Constança Portela
Hugo Monteiro
Inês Sena
José Miguel Ricardo
Leonor Figueiredo
Mafalda Escada
Patrícia Felício
Rodrigo Rivera
Rodrigo Sousa
Sofia Lopes
Tatiana Moutinho

Design gráfico e paginação
José Torres

Capa anti—~~capitalista~~
École des Beaux-Arts de Paris, Maio 1968

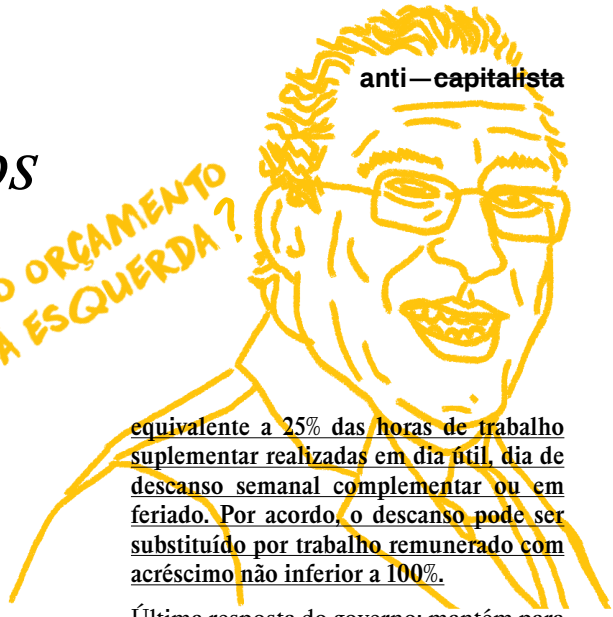
Capa dossiê
João Alves

Participaram nesta edição
Alexandre Portela
Andreia Galvão
Beatriz Pedroso
Francisco Louçã
João Alves
João Tiago Tavares
José Torres
Pedro Carreira
Rita Silva
Rodrigo Sousa
Sofia Lopes

Depósito Legal
441931/18

Os nove pontos prioritários na discussão entre o Bloco e o governo

ilustração de José Torres



Já são bem conhecidos os nove pontos prioritários que a direção do Bloco levou às negociações com o governo. Repetimo-los aqui, de forma resumida, acrescentando algum comentário, a itálico, sobre a sua relevância.

Saúde

Proposta #1 do Bloco: RECUSADA

Exclusividade nas carreiras profissionais e autonomia de contratação pelo SNS.

Última resposta do governo: Autonomia de contratação para casos excepcionais e contratos inferiores a doze meses; regime de dedicação "plena" apenas para médicos e sem obrigação de exclusividade. Admite mais salário com mais horas de trabalho. Os médicos com cargos de chefia no SNS continuam a poder trabalhar no setor privado, apenas passa a haver uma limitação ao número de horas. Na proposta de OE não há qualquer verba que sustente estas medidas.

Proposta #2 do Bloco: RECUSADA

Criar a carreira de Técnico Auxiliar de Saúde

Resposta do governo: Iniciar em 2022 o reconhecimento do conteúdo funcional de uma carreira a criar futuramente. Admitiu depois que poderia começar em 2022. Sem verbas.

Nota: com as propostas do governo, nada mudará nas carreiras profissionais na saúde em 2022 e os hospitais e centros de saúde continuarão com faltas de pessoal.

Segurança Social

Proposta #3 do Bloco: RECUSADA

- Revogação dos cortes até 15,5% pela aplicação do fator de sustentabilidade nos casos de trabalhadores com mais de 60 anos e 40 anos de descontos completos, e ajustamento do valor das pensões sobre-penalizadas (a partir de 2014) por cortes que já foram revogados ao longo da legislatura anterior.

Última proposta do governo: Nenhuma.

Proposta #4 do Bloco: RECUSADA

Aprofundar o conceito de idade pessoal da reforma, para valorizar as longas carreiras e considerar a especial penosidade do trabalho por turnos e da condição de deficiência.

Última resposta do governo: Revogar o corte do fator de sustentabilidade para trabalhadores com mais de 80% de incapacidade, mais de 60 anos de idade e mais de 20 de carreira contributiva, obrigando-se à idade legal de reforma (em 2021, 66 anos e 7 meses) e ao corte de 6% ao ano em caso de antecipação.

Nota: As propostas do Bloco alteravam as condições de pensão de alguns milhares de pessoas com deficiência ou com carreiras contributivas efetivas muito longas. O custo é limitado mas a justiça é essencial.

Trabalho

Proposta #5 do Bloco: RECUSADA

Reposição da compensação por despedimento em 30 dias por ano de trabalho, como vigorou até à intervenção da troika.

Última resposta do governo: admite a reposição da compensação apenas nos casos de caducidade de contrato a prazo, mas recusa-a em todos os outros casos.

Proposta #6 do Bloco: RECUSADA

Reposição dos 25 dias úteis de férias

Última proposta do governo: Nenhuma.

Proposta #7 do Bloco: RECUSADA

-Reposição do pagamento adicional do trabalho suplementar em vigor até à intervenção da troika (50% pela primeira hora, 75 % a partir daí; 100% por hora em dia de descanso ou em feriado).

-Direito ao descanso compensatório, equivalente a 25% das horas de trabalho suplementar realizadas em dia útil, dia de descanso semanal complementar ou em feriado. Por acordo, o descanso pode ser substituído por trabalho remunerado com acréscimo não inferior a 100%.

Última resposta do governo: mantém para as primeiras 120 horas extraordinárias trabalhadas em cada ano o corte introduzido pela troika, admitindo apenas a reposição nas restantes (a lei impõe o limite anual de 150 horas extraordinárias nas médias e grandes empresas); mantém a eliminação do descanso compensatório, feita pela direita em 2012. Com essa alteração, um trabalhador que realize 150 horas de trabalho suplementar perde o equivalente a cinco dias de descanso.

Proposta #8 do Bloco: RECUSADA

Reposição do princípio do tratamento mais favorável: entre a lei e o contrato, vale aquele que melhor proteger o trabalhador.

Última resposta do governo: Apresenta um alargamento vazio: ao teletrabalho (já foi acordado no Parlamento entre Bloco e PS em setembro) e às plataformas digitais (setor que continua sem enquadramento no Código do Trabalho, pelo que a medida não tem substância no presente).

Proposta #9 do Bloco: RECUSADA

Fim da caducidade unilateral, nenhum contrato coletivo deve poder caducar ou ser substituído por outro sem o acordo dos representantes dos trabalhadores.

Última resposta do governo: com a caducidade suspensa até março de 2024, pretende repô-la a partir dessa data, embora com possibilidade de arbitragem necessária por requerimento das partes (trata-se de alargar um mecanismo já existente, mas que nunca foi usado).

Nota: as alterações na lei laboral anulariam regras impostas pela troika que impunham o corte nos rendimentos de quem trabalha e favorecem a sobreexploração. O PS tinha-se oposto a algumas daquelas medidas, agora protege-as.

Desconfinar as lutas, afirmar o Bloco como força socialista e popular

Transcrevemos de seguida alguns extratos da Resolução aprovada pela Rede Anticapitalista na sua 5ª Conferência, a 23 de outubro. O texto completo está disponível na página da Rede.

1. As lutas sociais e as tarefas à esquerda.

(...)

1.2 A afirmação do ódio e da xenófobia da extrema-direita veio para ficar na política portuguesa e vai atentar contra os direitos conquistados pela luta antifascista, flertando com o passado colonial e pondo em marcha um programa de ataque social ao mais pobres. Mas é sobretudo no fenómeno de arrastamento à direita que o seu papel se faz sentir. Os principais eixos de emancipação pela luta climática, feminista, antirracista e sindical são alvo de ataque pelo discurso de radicalização à direita, numa política de terra queimada onde a máxima reacionária "socialismo ou liberdade" impera, procurando uma polarizão que se torne imune ao debate das ideias. É necessário criar uma cultura antifascista que recuse o sectarismo e o fechamento militante, começando nas escolas secundárias e nas universidades, criando laços de militância e organização que agem em conjunto sempre que necessário, mobilizando as lutas antirracista, feminista e de solidariedade contra as todas as opressões.

1.3 As enormes mobilizações feministas do 8 de março em 2019 podem ganhar novo fôlego em 2022. O movimento feminista deve ser reanimado a partir, precisamente, do impacto que a pandemia teve numa sociedade desigual. Não só muitos dos setores afetados pela pandemia eram compostos, na sua maioria, por mulheres – deixando um rastro de desemprego e aumentando a precariedade - como, tanto no emprego como no trabalho não pago em casa, a linha da frente na luta contra a pandemia é, também ela, maioritariamente feminina. A reflexão acerca do trabalho reprodutivo e de cuidado é, por isso, urgente. Necessitamos, enquanto sociedade, de uma transformação radical dos processos de produção e reprodução, que levarão a mudanças importantes não só na vida das mulheres como na sociedade capitalista como um todo. O combate à desigualdade e à violência de género deve partir de processos de mobilização inclusivos e mobilizar amplos setores do movimento feministas para campanhas concretas, vencendo a lógica de isolamento e de iniciativas viradas para dentro.

(...)

1.5 (...) O falhanço continuado dos partidos de centro em fazer face à crise climática, recusando assumir um compromisso real e ambicioso relativamente a cortes de emissões carbónicas e a processos de transição energética justa, é também evidente nos grandes acordos internacionais como o European Green New Deal e o Acordo de Paris. (...) É urgente criar uma alternativa de mobilização climática, que prime pela organização e participação democrática, pela perspetiva real, concreta e interseccional nas lutas que convoca. É preciso ultrapassar o sectarismo e criar um polo agregador para uma nova relação de forças capaz de reivindicar verdadeiramente uma transição radical do sistema que nos empurra para o caos climático.

1.6 O choque da pandemia no mundo do trabalho, nas suas duras consequências e com impacto sobretudo nos sectores precários, confirmou a profunda alteração do regime laboral que se consolidou nas últimas décadas. A precariedade continuou a avançar nos últimos anos, perante o bloqueio dos Governos PS em assumir o combate às velhas e novas estratégias patronais, também sem resposta consistente no campo sindical. O esgotamento ou impotência da organização sindical vem-se acentuando em vários sectores, mesmo quando há denúncias, apelos ou até quando surgem focos de resistência. Na CGTP, o novo ciclo acentuou o fechamento, que agora é ostensivamente repressivo sobre quem não obedece à hegemonia do PCP, passando a vigorar a recusa liminar da discussão de propostas alternativas na direcção. Num contexto de grande agressividade das estratégias de precarização, de crescente individualização e erosão drástica da representação coletiva, a esquerda tem a responsabilidade de responder à desagregação, procurando novas respostas organizativas - tanto nos sectores ultra precarizados das novas formas de trabalho, como nos sectores em que se afirmam experiências combativas. (...)

2. Combater a estratégia do partido-regime e a polarização à direita.

2.1 À entrada do sétimo ano do governo Costa, a estratégia do PS é transformar-se no partido-regime. A busca da maioria absoluta sempre foi o centro da política do PS na ocupação do centro, beneficiando para tanto da fragmentação e deslocação para a extrema-direita de parte da direita tradicional e esperando enfraquecer os partidos de esquerda. Essa política fracassou até agora, como nas eleições de 2019, mas continua a ser a orientação do governo, que espera que a promessa dos milhões do PRR seja suficiente para condicionar o patronato e para neutralizar a perceção pública sobre a falta de soluções para os problemas mais graves do país: precariedade e desemprego, segregação habitacional e fragilização do SNS. O PS quer consolidar-se como uma clientela política e económica na base do PRR.

2.2 O Bloco não se deixou encurralar num situacionismo subordinado e incapaz de impor medidas concretas ao governo. O Bloco é uma oposição que afirma políticas exigentes nas questões fundamentais, da delinquência financeira às condições laborais e ao relançamento do SNS, o que aponta à rejeição do OE2022.

2.3 A maior transformação na política portuguesa é a que ocorre nas direitas, com o ascenso do Chega a uma posição que impossibilita uma maioria de direita sem a extrema-direita. Essa nova relação de forças desloca a política nacional e modifica os partidos. É um processo sem retorno e conduzirá a maior agressividade social por parte das direitas contra os migrantes, contra minorias, contra os direitos das mulheres. Até 2023 se definirá se esse processo provoca divisões na direita ou a tentativa de repor a liderança de Passos Coelho, ou de um dirigente alçado em campanhas populistas, como Rangel. Em qualquer caso, o PSD procurará sobreviver usando a polarização, o mesmo acontecendo com o PS, o primeiro beneficiário desta deriva da direita.

2.4 Uma política unitária é e será sempre a força do Bloco. Procurar ganhar apoio social e maiorias para respostas consistentes, como na saúde ou nos direitos laborais, ou no controlo financeiro, é uma política coerente e que se dirige ao povo. É também com essa política que atua no movimento social, para criar lutas, polarizações e experiências que forme novas gerações de militantes, alimentando e dando forças às suas posições de representação.

A Rede Anticapitalista é uma corrente que integra militantes do Bloco de Esquerda, que fazem parte do partido desde a sua fundação ou jovens que se lhe foram juntando. Solidário com as moções e listas apresentadas por Catarina Martins e outras pessoas, procura promover o trabalho de base, políticas de convergência unitária e movimentos sociais que determinem a luta popular contra o capitalismo.

O mito da praxe e a alternativa da esquerda

Texto de Beatriz Pedroso*
ilustração de João Tiago Tavares

O recomeço das praxes, terminado o confinamento, relança o debate sobre esta prática de subjugação, em particular das suas características autoritárias, machistas e homofóbicas. É o que se discute neste testemunho.

Cada vez mais a praxe, e os abusos associados à mesma, são banalizados no ensino superior e na sociedade, sendo vista como algo normal. Já não existe o espirito de ser ativamente anti praxe e de criar espaços que verdadeiramente acolham as pessoas no ensino superior sem a humilhação e perpetuação dos valores capitalistas, misóginos, racistas e homofóbicos que existem na praxe. É preciso tomar posição em relação aos abusos da praxe, não podemos deixar que continuem a tornar as nossas escolas um espaço antidemocrático.

É preciso assumirmo-nos prontamente antipraxe, é preciso um combate ativo ao mito da integração e de que nem todas as praxes são más. Humilhação nunca pode passar como integração, é preciso entender que a praxe replica todas as opressões da nossa sociedade e quea praxe não nos está a preparar para um futuro digno no mercado de trabalho, está apenas a começar a perpetuar cada vez mais cedo a precariedade no trabalho e a promover os valores da sociedade capitalista, que se baseiam na exploração dos mais vulneráveis. A praxe vive do insulto, do maltrato e da opressão ao mais frágil, com a promessa de que um dia serão eles a praxar.

É importante quebrar este ciclo vicioso, quebrar a dinâmica empregado- empregador, submisso-dominador. A praxe perpetua os valores antidemocráticos, anti liberdade, perpetua tudo aquilo que nos não queremos ver na sociedade e que precisamos de mudar. Por isso é que temos que ser ativamente anti praxe. Se ficarmos calados, este ciclo nunca vai quebrar e continuará a haver gerações que se acham "prontas para o mercado de trabalho", simplesmente porque na praxe os ensinaram a "comer e calar". E o que acontece é que embrulham as pessoas nestes jogos de injustiça opressão e humilhação com um laço bonito de integração e amizade. O ensino superior e a educação não devem ter esse papel, tem que ter o papel libertador de pôr as pessoas a pensar por elas e a levantarem-se contra as injustiças e opressões.

O combate ao fascismo e ao capitalismo nas nossas escolas superiores passa pelo combate à praxe, que representa tudo aquilo que combatemos no dia a dia. Os nossos espaços de ensino não podem ser indiferentes e por isso é preciso unirmo-nos para criar espaços que sejam lugares de pensamento crítico e de acolhimento, em oposição ao espaço da praxe que cria lugares de formatação e humilhação.

É urgente criar espaços a esquerda que esvaziem a praxe, é preciso reativarmos o espírito de luta antifascista dentro do ensino superior, não podemos dar a praxe como um sítio perdido. Esse é o sentido do combate à praxe e da disputa de espaços. Todos os anos, milhares de jovens juntam-se a praxe na esperança de integração e de se sentirem incluídos no ensino superior, é por isso que é nesse espaço e nesses momentos que temos que criar alternativa, chamando as pessoas que estão agora a entrar no ensino superior, muitos deles pela primeira vez longe das famílias, para os acolher em espaços políticos, que fomentem a discussão, a cultura, tudo aquilo que se tem vindo a perder no ensino superior. A culpa de a praxe ter a dinamização que tem é também nossa, se deixarmos de tomar posição e de criar espaços de oposição e combate à praxe.

É mais do que urgente criar espaços à esquerda, não podemos deixar comece o próximo setembro em que a mentira da integração como humilhação e da preparação para o mercado de trabalho seja vendida aos caloiros.

*Beatriz Pedroso é ativista estudantil.

Toda a verdade sobre a fisga de Schrödinger

Texto de Pedro Carreira*
ilustração de José Torres

Já que do lado de quem decide não se fala claro mas sim por símbolos bélico-fálicos (alguém chamou Freud?) farei neste breve texto uma longa análise sobre os objetivos e impactos esperados do Plano de Recuperação e Resiliência, ou como "os senhores" gostam de dizer: a bazuca. Se alguém não se sentir à vontade no jargão económico, nos pormenores de engenharia contabilística e na análise dos seus impactos na nossa vida comum é melhor passar à frente, talvez para o último parágrafo, onde farei um resumo, pois a linguagem será muito técnica e aborrecida, porém, precisa e adequada.

Portanto... (tamborilar de dedos) O PRR, ou bazuca, trará à Europa - e mesmo até nós - uma pipa de massa (termo técnico nº 1) que será aplicada com rigor e transparência para recuperar a economia no pós-pandemia. É uma tarefa que se reveste de grande importância e terá de ser bastante escrutinada. Não podemos cometer erros do passado. Não queremos contribuir para aumentar a densidade de Ferraris e Porches em certos locais ou a proliferação de rotundas inúteis em estradas pouco viajadas. Não podemos perder esta oportunidade. Por isso mesmo, "os senhores" lhe chamaram bazuca: por ser um panelão de dinheiro (termo técnico nº 2) que resolverá problemas e trará a felicidade, aliás, tal como as bazucas da vida real o costumam fazer. Para tal contamos com "os senhores". Serão eles a escolher os melhores projetos, a dar conselhos e definir prioridades. E "os senhores" sabem bem fazer esse trabalho. Afinal de contas são – mais ou menos – os mesmos que já andam a tratar dessas coisas desde os anos noventa do século passado. E quem melhor que "os senhores"? Sim, é verdade que muita coisa correu mal. Mas aprenderam. Que diabo, alguns até foram presos (poucos). Não irão cometer os mesmo erros. Desta vez as rotundas serão amigas do ambiente com hortas de rabanetes em vez de estátuas. Os Ferraris serão elétricos e o desvio de dinheiro será em Bitcoins. Certas pessoas – certamente mal intencionadas – insinuam que era melhor que desta vez se falasse com as populações, que fôssemos realmente ver o que precisamos e resolvêssemos os problemas. Mas o que sabe essa gente comparado com "os senhores" do mundo da alta finança (ou mesmo da baixinha finança – termo técnico nº 3) habituados a lidar com o capital? Nada.

Antes de entrar nos prometidos pormenores técnicos da aplicação desta bazuca, ou mesmo numa análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças - termo técnico nº 4), farei uma pequena incursão sobre a origem e pertinência da alcunha dada a este PRR. Só o faço porque muita gente o desconhece. Quem inventa estes nomes sabe o que faz e deve ser pago a preço de ouro (ou lítio). Existe uma sala secreta algures num gabinete em Bruxelas cheio de mentes fervilhantes cuja única função é "apelidar" coisas. Uma lança o tema, outras respondem numa espécie de brainstorming burocrático. Dizem que as coisas foram mais ou menos assim:

- "Os senhores" lá de cima querem um nome porreiro e que fique na cabeça para esta pipa de massa que vão distribuir.

- E para que serve esse dinheiro? De onde vem? Quem fiscaliza?

- Isso não interessa. Só temos que propor um nome. Eles chamam-lhe Plano de Recuperação e Resiliência... É um nome provisório.

- Nunca vai pegar. Aborrecido... Temos de ser criativos...

- Que tal: Plano para a Eliminação da Pobreza – PEPO.

- Ou... Linha Especial Catita de Apoio à Sociedade - LECAS.

- Muito complicado... pode ser antes: Plano Fantástico – PlaF! E pedimos à Marvel para criar um super herói...

- Ou Bomboca? Não me lembro de nenhuma razão para isso mas fica no ouvido...

- Pessoal! Até para nós já estamos a desviar-nos muito do assunto. Tem de ser uma coisa simples, séria, com sentido, amiga do ambiente e que cause impacto. Uma explosão de significado...

- Bazuca!

- Compro.

Uma vez tida a ideia e arranjado o nome foi preciso ver de onde vinha o dinheiro e saber quais as linhas mestras, pilares e prioridades para a sua distribuição. Adorava escrever ainda mais sobre isso - até porque sou especialista - e acho que os pilares são importantes para que uma casa não caia mas, infelizmente, já estou no limite dos caracteres.

E eis que chegámos ao último parágrafo. Podemos finalmente deixar para trás os detalhes técnicos e a linguagem mais política. Farei agora um resumo para os mais práticos que saltaram diretamente para aqui: imaginemos uma caixa feita de um material (sustentável) onde está um gato e uma bazuca que pode disparar a qualquer momento. Para simplificar (ainda mais) direi que o gato representa o mal que a pandemia criou (pobre gato, merecia melhor metáfora) e a bazuca representa o fim desse gato (o gato que me perdoe). Essa caixa é lançada para o espaço profundo da burocracia e interesses instalados e nunca sabemos se a bazuca foi disparada ou não. O gato fica assim num estado dual em que está simultaneamente vivo e morto. E nós também ficaremos num estado de incerteza até abrirmos a caixa, coisa que certamente "os senhores" não nos deixarão fazer até porque substituíram a bazuca por uma fisga, desmontaram-na em peças sobresselentes para vender no mercado negro e esconderam a chave da caixa nas ilhas Caimão. Há que fazer pela vida e "os senhores" sabem viver. Resta-nos esperar que tudo vá ficar bem. Ou fazer pela vida. Só para concluir quero deixar bem claro que na construção deste texto não foram molestados nenhuns gatos. Antes pelo contrário.

*Pedro Carreira é ator.

O BARCO, de Grada Kilomba

Rita Silva*

Dia 17 de outubro, por entre um ambiente de expectativa que pairava sobre todos os presentes no MAAT em Belém, fizeram-se soar 4 instrumentos de percussão. De seguida, uniram-se a eles respirações profundas, desesperadas, harmonias de um coro, bailarinos que contaram histórias com os seus corpos, um poema cantado e melodias que nos remetiam a gemidos de dor durante quase uma hora na praça exterior do museu, terminando com o cair da chuva e das lágrimas de muitas das pessoas que assistiram a esta viagem.

Decorreu assim a última performance da instalação "O Barco", da artista Grada Kilomba, nascida em 1968 em Lisboa e com ascendência de São Tomé e Príncipe e Angola. Nas suas obras, a artista aborda principalmente temas como a relação entre memória e esquecimento, o trauma, a violência, as condições e as consequências da colonização e pós-colonização e a política de género e etnia. Em "O Barco", Grada tenta responder às questões que a acompanham em todo o seu trabalho e são normalmente silenciadas por narrativas coloniais "Que histórias são contadas? Como são contadas? Por quem são contadas?" A artista tem como objetivo alterar o vocabulário que utilizamos para contar a História, principalmente tendo em mente as gerações mais novas. No imaginário ocidental, um barco é associado a uma enaltação dos feitos Portugueses, uma ideia de glória que vemos sempre andar de mão dada com o tema da expansão marinha e que é descrita como "descobrimentos". Mas tal como sabemos, um continente com milhões de pessoas não pode ser descoberto. Esta velha e primária fantasia de que um continente e as suas gentes só existem a partir da presença do colonizador foi central para as políticas europeias de escravatura durante vários séculos. E um dos mais longos e violentos períodos da humanidade, a escravatura, não pode nunca ser apagado.

O vocabulário que utilizamos apenas normaliza a brutalidade que foi vivida e que se mantém como uma ferida aberta na nossa sociedade até aos dias de hoje. Esta narrativa de apagamento está enraizada em diversas cidades ocidentais, das quais Lisboa não é exceção, inscrita nos seus monumentos, que romantizam o passado colonial. Assim, tal como o trabalho realizado pela mudança do campo semântico, Grada repensa também as imagens que utilizamos, especificamente a imagem do Barco. Ao contrário da grande maioria das obras que temos em Portugal, este Barco não é um barco glorioso, com dimensões grandiosas ou velas coloridas. Invertendo totalmente a narrativa, Grada mostra-nos então o conteúdo que usualmente se encontra escondido: 140 blocos de madeira dispostos ao longo de 32 metros que representam os milhões de pessoas africanas que foram transportadas nos fundos das naus e escravizadas pelos impérios europeus. A forma retangular e uniforme dos blocos transporta-nos imediatamente para a ideia de túmulos, numa alusão física que dá um habitat à história de desumanização e simultaneamente fornece um lugar de reconhecimento e de repouso às milhares de pessoas escravizadas e aos descendentes das diferentes diásporas africanas. Esta ideia mantém-se presente na criação de toda a obra, em que a artista demonstra um profundo interesse na ideia do ritual enquanto processo importante para a memória: nunca foi possível chorar estas mortes, fazer o seu merecido luto, foram pessoas forçadas a ser anónimas, apenas mais um número, como se de pura mercadoria se tratassem.

Assim, Grada realizou um processo lento e delicado que a própria chama de "uma homenagem alquimista" a cada um dos blocos de madeira, que passaram pelo fogo, de seguida pela água e depois foram secado ao ar. Ao serem queimados, cada bloco obteve "cicatrizes" e uma textura única, comparável à da impressão digital da pele dos seres humanos. Assim, a madeira acabou por transmitir, tal como cada pessoa, uma história de vida, longa, distinta e única, marcada pelo tempo, acontecimentos e condicionantes de vida.

Cada bloco de madeira pode assim representar o túmulo de alguém cuja vida lhe foi despida de humanidade, e que nunca teve um espaço para ser enterrado. Alguns destes túmulos metafóricos são cobertos de versos de um poema escrito também pela artista, inscritos na sua superfície e que fazem o público interagir mais diretamente com a obra, forçando-os a entrar no Barco para o poderem ler e a terem de se curvar sobre os mesmos, como uma vénia. Nas palavras da própria autora, "quando a história não é contada adequadamente a sua barbaridade é repetida. Torna-se um fantasma violento que interrompe constantemente o nosso presente. Esta instalação pode ser vista como um enterro público, um enterro dignificante que conta a história adequadamente. Um espaço de relembrança, reconhecimento, contemplação e cerimónia – onde a memória pode ser produzida."

Para além da obra, Grada desenvolveu também uma performance que decorreu 3 vezes durante o tempo da exposição e na qual as vozes e os corpos das comunidade da diáspora africana se tornam as intérpretes centrais, contando com um ensemble de aproximadamente 30 pessoas, artistas principalmente da periferia de Lisboa que normalmente não teriam a oportunidade de contar as suas histórias de forma tão ampla devido a todos os obstáculos que lhes são colocados no acesso ao espaço público, que deveria ser também deles por direito. Temos então n'"O Barco" um brilhante exemplo de união entre a arte, a política e o ativismo, uma oportunidade de recontar a História dos 5 séculos de escravatura e colonialismo português tão comumente escondida, quer nos ambientes informais do nosso dia a dia, quer nos formais, começando pelas nossas escolas. A história das mais de 4,8 milhões de pessoas transportadas no fundo de barcos sem luz, alimentação condigna, ou espaço. Onde os cheiros e as doenças se propagavam e os que acabavam por falecer, quer na viagem, quer na continuação da sua exploração, eram atirados ao mar, esquecidos, sem direito a um ritual fúnebre ou sequer a um nome.

*Rita Silva é ativista estudantil

O sectarismo como guerra: **"Por quem os sinos dobram"** ***Ernest Hemingway*** **1940**

Alexandre Portela

"A morte de qualquer homem diminui-me, porque sou parte da humanidade. E por isso não perguntem por quem os sinos dobram, eles dobram por vós"

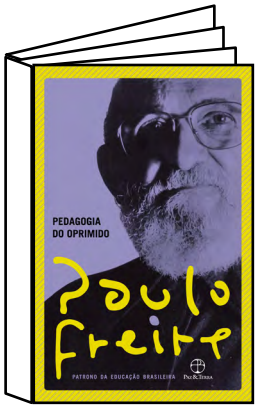
Foi o poema homónimo de John Donne que inspirou Hemingway no título que escolheu para o livro que nasceu da sua participação na Guerra Civil Espanhola, como correspondente junto das forças Republicanas. Não é possível ficar em cima do muro sem nos comprometermos com nenhum lado político numa altura em que os muros apenas serviam para as pessoas se encostarem antes se serem fuziladas. A possibilidade aterradora de a extrema-direita subir ao poder em Espanha com um golpe de estado uniu Republicanos, Comunistas, Anarquistas e Sociais Democratas numa extrema polarização política daquele país, que se traduziu também numa das mais sangrentas guerras já vistas.

Esta é a história do professor Robert Jordan que se vê com a responsabilidade de fazer os cálculos certos para explodir uma ponte para uma manobra militar, mas que não consegue ter a mesma certeza matemática quanto ao rumo das decisões da República, mergulhada em conflitos internos e desarticulada com os demais grupos políticos (que inclusivamente lutaram entre si). Na ausência de certeza, vê-se na mesma posição dos seus camaradas que apenas tinham fé no rumo tomado pela República (coisa que abomina, quer uma adesão racional), ou pior, vê-se condicionado a seguir apenas as instruções que lhe deram, coisa que muitas vezes ouvia dizer por parte dos militares de Franco.

É um livro sobre o Humanismo quando mais nada parece fazer sentido, sobre o horror da guerra e as atrocidades cometidas por ambos os lados, sobre tomar responsabilidade e não ficar indiferente perante a ameaça do fascismo. Há muito a aprender sobre sectarismo através do olhar atento de Hemingway.

O antisectarismo de Paulo Freire: **"A Pedagogia do Oprimido"**

Rodrigo Sousa



Escrever sobre Paulo Freire será sempre um desafio difícil graças ao grande legado que nos deixou, no entanto, é a olhar para esse legado que nos apercebemos do quão atual a sua obra continua a ser. Essa atualidade pode ser comprovada quando olhamos para o seu livro "Pedagogia do Oprimido" e evidenciamos como a educação "bancária" continua presente nos espaços educativos, onde mitos continuam a ser criados para manter o status quo e manter a desunião dos oprimidos, enfraquecendo-os. Numa altura em que a distopia tecnológica invade salas de aulas como a solução milagrosa para a nossa educação, torna-se urgente questionar: será que a educação precisa de uma solução técnica ou uma reestruturação que permita educadores e alunos assumirem uma postura revolucionária, sendo conscientes não só do processo de aprendizagem, como também do mundo que os rodeia? É nessa segunda opção que Freire nos mostra como a educação pode ser libertadora e que essa libertação é coletiva: "ninguém liberta ninguém e ninguém se liberta sozinho."

O anti sectarismo de Espinosa

*Alexandre Portela**

Espinosa foi expulso da Sinagoga Portuguesa de Amesterdão, por ter apresentado a ideia iconoclasta de uma divindade racional. Apesar disso, continuaria defensor da liberdade religiosa. O seu pensamento anti sectário permanece relevante até hoje.

O que é o sectarismo? De entre todas as suas formas no discurso, uma se destaca: quando se diz que os outros é que são os sectários. É impossível fazer esta acusação sem nos demarcarmos de quem nos referimos e por isso mesmo criar uma separação entre o "nós" e o "eles". Em que circunstâncias poderemos fazer esta acusação sem cairmos na contradição? Há aqui um jogo entre a parte e o todo e o motivo que a distingue das restantes.

O princípio do sectarismo religioso está em estabelecer um texto ou uma certa leitura de um texto como a única doutrina verdadeira que invalida todas as outras. A consequência é um ambiente violento de antipatia, preconceito e discriminação entre os diferentes grupos em disputa pela hegemonia. O sectarismo é assim o oposto de solidariedade e entreajuda.

O pensamento de Espinosa

Este problema social preocupou Benedito de Espinosa, filósofo do século XVII nascido numa comunidade de judeus sefarditas, que tentou racionalizar os ensinamentos da Bíblia, recusando toda e qualquer forma de "misticismo e ilusões", argumentando que a melhor maneira de viver e conhecer Deus é através da razão. O Deus repensado por Espinosa não tem uma forma antropomórfica, não é um ser escondido num plano transcendente, não faz milagres, não atende às nossas orações. Para ele, Deus é a natureza, e a natureza é tudo quanto há. Todas as coisas são modos finitos dessa substância única e infinita que é Deus. Tudo existe e age de acordo com o silêncio das leis da natureza apenas. Se a natureza não age de acordo com nenhum propósito, Deus não é o legislador que os monarcas anunciam, querendo defender o seu direito divino de governar. Aproxima-se mais a um axioma abstrato (de onde tudo se deduz através das leis naturais), livre de descrições fantásticas em que cada religião concebe Deus à sua maneira (e sempre preferindo esse grupo aos demais). É um conceito de Deus racional e por isso mais aberto à adesão de todos, sem sectarismo embutido.

No entanto, a religião cumpre um papel importante na coesão social no que respeita ao sentido moral das pessoas, levando-as a aderir às leis de uma forma voluntária e não apenas por medo. Espinosa destacou o fundamento das escrituras que fica esquecido por entre as disputas religiosas: "amar o próximo como a nós mesmos e amar a Deus acima de tudo", um imperativo simples que promove uma conduta de justiça e caridade entre as pessoas como forma de salvação. Ou seja, importam mais os atos do que a fé. Isto apenas é concebível se se separar o acesso a Deus de cada religião, ou seja, as religiões são apenas entidades históricas e produtos da experiência cultural de grupos de pessoas e não intermediárias de uma palavra vinda diretamente de Deus. Abrem-se assim as portas a um entendimento generalizado inter-religioso preservando a fé de cada um (meramente como forma de adesão afetiva ao fundamento).

Pensamento livre

Espinosa tenciona desta forma preservar a liberdade de pensamento numa sociedade plural (pois é fútil tentar sancionar as crenças e isso só causa revolta) e, portanto, o Estado não poderia ser súbdito de uma religião, devendo antes ter uma atitude reguladora, ser um ponto de encontro para a paz social. Daí ter dado um novo sentido a "verdadeira religião", identificando-a apenas com o núcleo fundamental das escrituras, a que todos podem subscrever independentemente da sua fé, evitando a controvérsia sobre qual das religiões é a verdadeira. A "verdadeira religião" é livre de preconceitos, preserva o espaço para a discórdia e não implica nenhum conhecimento de eventos históricos supernaturais, devoção a rituais nem aceitação de uma qualquer teologia.

A estratégia de Espinosa ao formular a "verdadeira religião" pode então ser útil para reavaliarmos o sectarismo na nossa conduta política. A esquerda tem de ser anticapitalista dado este sistema económico ser orientado para o lucro em vez do bem-comum e dependente da exploração e alienação da maioria por alguns: é então necessária esta separação que não é desde logo sectarismo, mas antes uma expressão natural das diferenças políticas.

Ser anti sectário é então procurar entendimentos ajustados ao momento histórico, baseados apenas num entendimento estratégico da sociedade. Resta saber qual a essência das fraturas à esquerda e até que ponto esse entendimento pode ser alcançado racionalmente. Marx e Engels rejeitavam o sectarismo, dado que: um sectário procura a sua razão de ser não nos interesses do movimento de classe, mas sim nas particularidades que o distinguem disso. O anti sectarismo tem de se materializar em aproximações concretas e não ser apenas uma estratégia retórica para conquistar eleitorado para cada partido, pois a direita faz esse jogo melhor.

**Alexandre Portela é estudante de filosofia.*

Três casos para refletir sobre sectarismo, divisão e união

Sofia Lopes*

Três exemplos de sectarismo e de debate sobre o conceito e sobre a prática. Em todos eles, a mesma realidade: para a esauerda. o sectarismo é um veneno.

Celebração alternativa da Iniciativa Liberal no 25 de abril de 2021

"Sectarismo". Foi a explicação do líder da Iniciativa Liberal para justificar uma manifestação própria no 25 de abril deste ano, celebração paralela que se manteve depois da Comissão Organizadora das comemorações populares ter aberto o desfile para qualquer entidade, chegando Cotrim Figueiredo a proclamar na Assembleia da República que "a esquerda sectária do alto da sua arrogância moral e intelectual acha que é dona do 25 de abril".

Este discurso é uma provocação hipócrita em relação ao que o seu próprio partido defende, dado que a IL é, em muitos aspetos, um partido inimigo das muitas lutas que abril conquistou, com o famoso outdoor onde se pode ler "25 de novembro sempre, comunismo nunca mais. Só em novembro se cumpriu abril" sendo a culminação deste embuste político. Por isso mesmo, o burburinho criado nas redes sociais acerca desta polémica foi usado pela IL para fingir que o partido era um mártir pela liberdade de expressão e de participação numa data que os próprios não reconhecem como fundamental. A própria justificação da Associação 25 de Abril foi lamentável, afirmando que a IL não poderia participar por "limitações de saúde pública", uma desculpa que facilitou a troca de acusações que se seguiram.

A discussão acerca do programa da IL é relevante por isto mesmo. A disputa ideológica permanente que se segue nos próximos anos acerca das liberdades e direitos conquistados pela explosão popular de 1974 vai ser uma das batalhas mais flagrantes na política portuguesa. No entanto, essa disputa há de ser ganha com o sublinhar do que abril nos deu, como a liquidação da polícia política e da censura, a conquista do direito à greve e do salário mínimo, a reforma agrária e as eleições livres. O caminho é feito a refutar o discurso demagogo e populista dos partidos de direita, como a IL.

Nascimento do Bloco de Esquerda

O Bloco de Esquerda nasce em 1999 através da convergência entre o PSR (Partido Socialista Revolucionário), a UDP (União Democrática Popular), a Política XXI e de muitos militantes independentes, criando um partido com uma maneira distinta de fazer política, longe do centralismo organizacional. Trouxe novas lutas para cima da mesa, como aconteceu, logo nos seus primeiros anos, com a despenalização voluntária da gravidez, a descriminalização do uso de drogas e a legalização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Além da luta contra o grande capital e da defesa dos direitos laborais, o BE apresenta-se como um espaço plural e interseccional de luta, uma força política que combate todas as desigualdades e opressões.

Nos seus 22 anos, o Bloco continua a ser o único partido que reconhece o direito de tendência e que reconhece a pluralidade e as diferentes maneiras de fazer política. As correntes de pensamento que lhe deram origem mantém-se ativas, mas transformadas pela inspiração que tiram dos movimentos sociais e as suas características distintas de reivindicação popular. Como disse Fernando Rosas no documentário "Nasceu uma Estrela": "Em causa é saber se este espaço político, plural e diversificado, consegue pôr de parte quezílias e se conseguem entender-se num espaço comum (…) é uma coisa que faz imensa confusão a todos os dogmáticos e sectários (…) uma coisa que não é homogénea, que não tem pensamento único e líder único, é uma coisa que faz muita confusão".

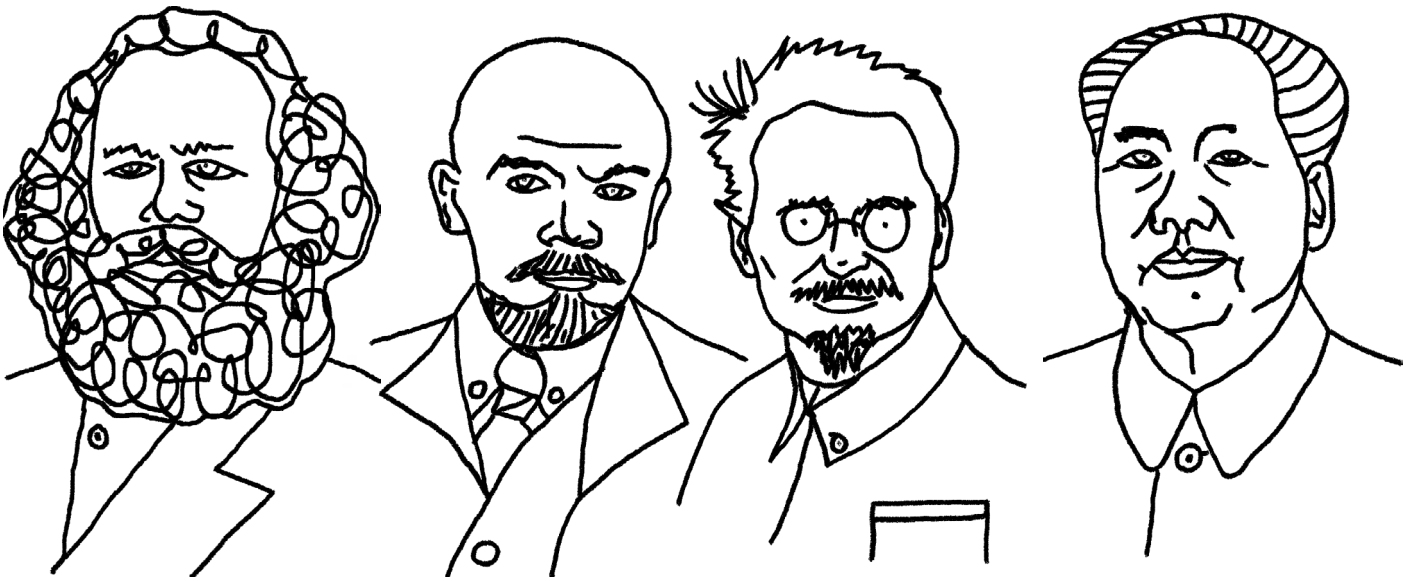
Diz o primeiro manifesto bloquista, "Começar de Novo": "A superação dos sectarismos e a capacidade de sintetizar, na esfera política, o melhor que os diferentes ativismos existentes na sociedade têm para oferecer, é uma tarefa de geração". Eu nasci exatamente 46 dias depois da Assembleia fundadora anunciar o nascimento do BE e sou filha direta das suas lutas. E estou aqui, na minha geração, acompanhada por tanta gente, a assumir a responsabilidade de continuar esta herança de luta popular feita por uma esquerda plural e combativa.

O Partido Socialista contra os partidos de Esquerda

Em 2008, dizia José Sócrates "Os partidos à nossa esquerda falam da precariedade. O Partido Socialista apresenta medidas contra a precariedade, e ainda assim acham que devem continuar a atacar o Governo e o PS. A isso chama-se sectarismo e puro facciosismo". Em 2011, Francisco Assis afirmava que a oposição à esquerda do PS estava "prisioneira" de um "sectarismo que as torna inúteis do ponto de vista do contributo sério para uma governação de esquerda em Portugal". Em 2019, o presidente do PS dizia que o seu partido tinha que se livrar dos "empecilhos", o BE e o PCP. O PS tem um historial de acusar os partidos à esquerda de falta de vontade de colaboração com o governo, utilizando sempre o sectarismo e o argumento da responsabilidade e da criação de uma crise política.

Todas estas acusações surgem num contexto repetido: a falta de disponibilidade por parte do PS para fazer cedências à esquerda, quer em 2008, com a defesa do fim das convenções coletivas de trabalho e da crescente precariedade; em 2011, com a banca portuguesa a atirar o país para os braços da troika; em 2014, com a urgente necessidade de mudar o rumo da austeridade que destruía o país; agora, em 2021, mantendo-se a maior parte das leis de trabalho da troika. O PS prefere continuar a fazer a chantagem da "irresponsabilidade" sobre a esquerda do que explicar porque quer manter as leis laborais da troika, manter o SNS subfinanciado e manter a verba de 0.25% do Orçamento para a Cultura.

*Sofia Lopes é ativista estudantil.



O sectarismo é o cancro da política (e da esquerda)

Texto de Francisco Louçã
Ilustração de José Torres

Odio às outras seitas ou cultos, estigmatização das mulheres, predomínio patriarcal, negócio e carreiras, as seitas neopentecostais têm sido um dos pilares do poder de Bolsonaro. Neste artigo olhamos para algumas das suas histórias.

O sectarismo, a linguagem da seita, não é só um fenómeno religioso. É mais do que isso, é uma forma de organização que se manifesta em todos os campos da sociedade. Nesta nota, trato da sua expressão na política.

Individualismo e coesão tribal

Quando Max Weber, o pai da sociologia alemã, visitou os Estados Unidos em 1904, pouco depois de ter escrito a primeira parte do seu livro mais famoso, "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo", elogiou as seitas protestantes como um sucesso. Conta Marianne, a mulher com quem era casado, que os outros companheiros de viagem detestavam aquele capitalismo exuberante, mas não foi o caso de Max, que escreveu que as seitas "deram à democracia americana a sua estrutura flexível e o selo individualista", em contraste com a hierarquia e rotina da Igreja Luterana que conhecia na Alemanha. A combinação do individualismo burguês e a coesão grupal sob regras estritas e entusiasmo comum (as igrejas recrutam por nascimento, as seitas por decisão...), fascinava Weber.

Compreendeu assim que as igrejas-seitas eram formas de padronização de comportamentos, ou mesmo de organização e disciplina social. Para a preservação de um regime económico assente no individualismo, ou seja, na aceitação da desigualdade e da exploração do trabalho, a seita cria uma ilusão de participação e de comunidade que absorve parte da ansiedade, do isolamento e do vazio, e promete uma ilusão de futuro e de poder. Na política, a seita é, por isso, uma forma de reprodução do conservadorismo enraizado.

Na esquerda, o sectarismo é uma forma de vida

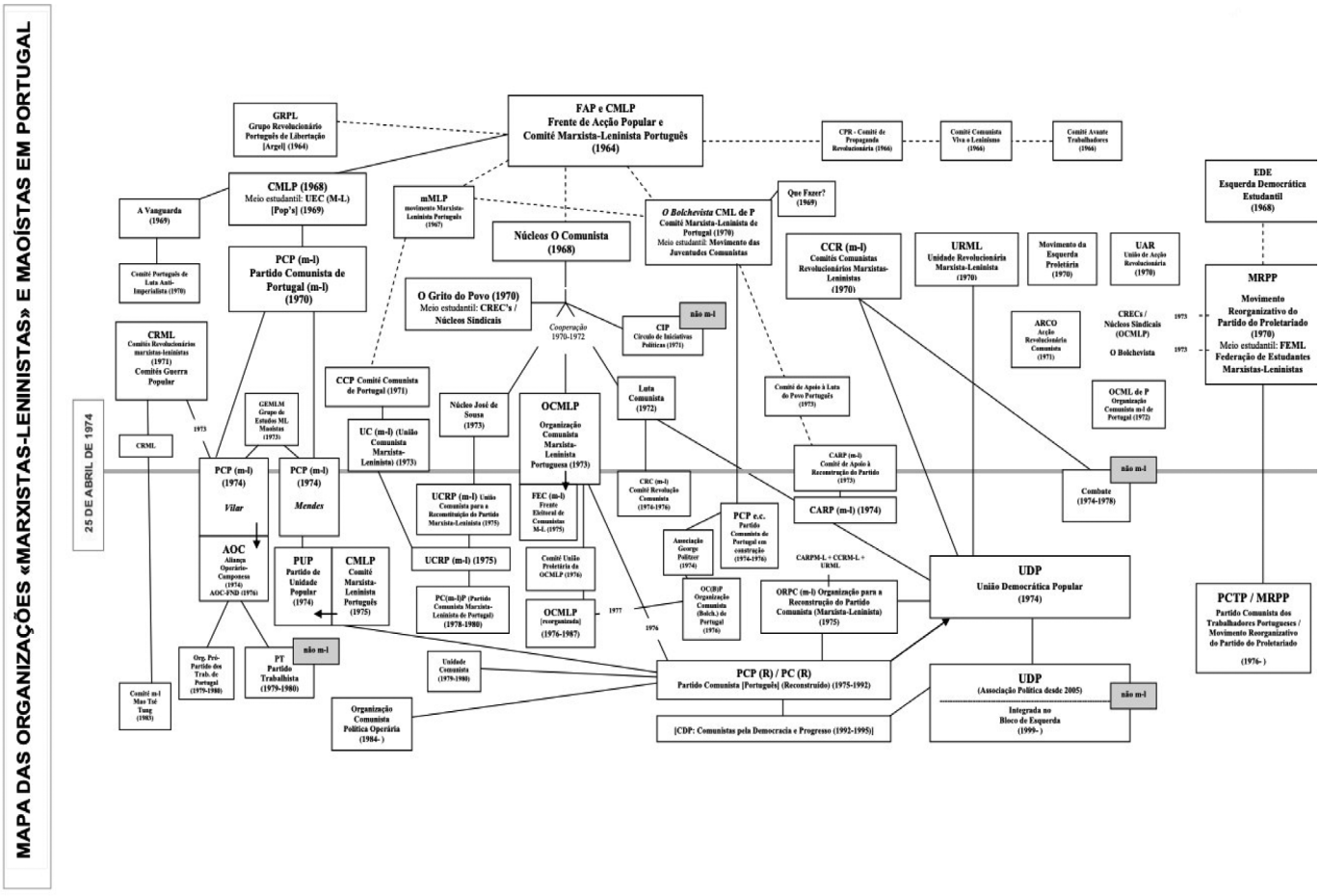
No entanto, o sectarismo aparece na esquerda com uma agressividade ainda mais acentuada pelo doutrinarismo, que é a criação de demarcações ou a legitimação de decisões a partir da her-

menêutica dos textos portadores de autoridade sagrada. Algumas das pessoas que leem esta revista lembrar-se-ão de um professor universitário que, para apoiar o apoio pelo PCP ao Orçamento e para criticar o Bloco pela recusa, escreveu um artigo baseado em citações de um texto de Lenine, de há um século, em que combatia a recusa dos comunistas holandeses e ingleses … de participarem em sindicatos e em eleições. O doutrinarismo é isto, um jogo desconexo de citações descontextualizadas para parecer fundamentar uma posição que não alcança justificação política suficiente. É, assim, uma evocação de significados ocultos, ou de um espírito religioso: em vez de se aprender com o passado, instrumentalizam-se frases para o ignorar.

Mas o sectarismo não nasce unicamente desta devoção superficial a textos canónicos. Ele tem um fundamento nas próprias formas de organização da política: é o princípio do partido-fração que gera o sectarismo. Nas organizações políticas e sobretudo nas de esquerda, a existência de pontos de vista diferentes perante um facto ou uma decisão, sendo inevitáveis e até compreensíveis, tende a constituir-se em agrupamento que, para justificar a sua existência, buscará acrescentar motivos de agravo ou acumular divergência. A identidade grupal passa a ser a divergência seguinte, a que está para vir.

Este é o procedimento do partido-fração, que procura criar uma identidade distinguível, ou uma obediência. O seu tema deixa de ser a política e passa a ser uma transcendência que conduz necessariamente à ruptura: "morte aos traidores", dizia Garcia Pereira num tempo de antena do seu partido, antes de ele próprio passar a ser um "traidor". Que todo o sectarismo mobilize sempre uma narrativa de desconfiança, ou até de certeza sobre a "traição", diz menos da sua pureza e muito mais da sua alienação.

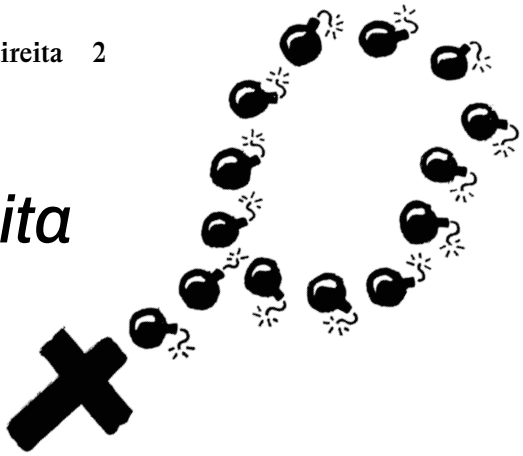
A política sectária deixa de tratar da política e só trata da seita. Essa é a explicação para este mistério tão óbvio da divisão dos partidos de esquerda, uma regressão infinita que é a sua maldição (vd. o exemplo das correntes maoistas na ilustração). É por isso que o Bloco, com 22 anos de existência na sequência da mais importante convergência da história da esquerda portuguesa, é uma excepção tão rara entre nós e na Europa.



Outros organigramas em: *Foice e Martelo*, n.º1, Fevereiro de 1975, p. 82; «O aparecimento do Partido Comunista e de outras organizações que se reivindicam do marxismo-leninismo», *Seara Vermelha*, n.º 6, Agosto de 1976, p.23; João Paulo Martins e Rui Loureiro (1980), «A extrema-esquerda em Portugal (1960-74). 1. Os marxistas-leninistas e os trotskistas», in *História* n.º 17, pp. 14-15. Um mapa abrangendo as diferentes correntes de esquerda foi produzido pelo Centro de Estudos Operários – Memória Laboral e esteve exposto na Galeria Zé dos Bois, em Lisboa, em 2009, aquando da iniciativa «À Esquerda da Esquerda», promovida pela Galeria Zé dos Bois e pela LembrAbril, e mais recentemente, em Setembro de 2010, na Biblioteca Museu República e Resistência, por ocasião do encontro «A extrema-esquerda maoísta na fase final do Estado Novo».
Uma versão do organigrama acima apresentado foi publicada em Miguel Cardina (2010), *A Esquerda Radical*. Coimbra: Angelus Novus.

A evolução das correntes maoistas em Portugal de Miguel Cardina

As seitas religiosas na cruzada da extrema-direita



Texto de FL
Ilustração de João Alves

Ódio às outras seitas ou cultos, estigmatização das mulheres, predomínio patriarcal, negócio e carreiras, as seitas neopentecostais têm sido um dos pilares do poder de Bolsonaro. Neste artigo olhamos para algumas das suas histórias.

A noção de seita conta várias histórias: em latim, a palavra que lhe dá origem significa simplesmente "caminho". Seitas religiosas, políticas, culturais, poderiam então ser descritas como caminhos em vários universos, tudo o que reclamasse uma autenticidade; o problema é que se acrescentou rapidamente a condição de exclusão de outras expressões, ou crenças, ou até opiniões. Foi esse modo de exclusão que veio a ser conhecido como a forma de identificação de uma seita e é nesse sentido moderno que nos referimos a ela neste dossier. A seita é uma forma de ignorância, de fechamento, de identidade que exclui os outros e reclama uma transcendência, seja ela espiritual ou racional, que determina uma fronteira. Desse modo, as seitas, em particular as religiosas, tornaram-se um dos exércitos da extrema-direita.

O exército neopentecostal

Mais de dois terços dos evangélicos brasileiros votaram em Bolsonaro. Essa afirmação faz-se em detrimento do peso da Igreja Católica: no caso do Chile, esta tinha em 1996 a confiança de 80% da população, estava reduzida a 37% em 2018. Em 2014, um terço dos crentes no continente seriam evangélicos, entre os quais quatro em cada cinco seriam pentecostais. No Rio de Janeiro, a adesão a estas igrejas neopentecostais ultrapassou a da tradicional Igreja Católica. No Parlamento federal e Senado brasileiros, com 594 congressistas, 203 inscreveram-se na Frente Parlamentar Evangélica.

Estas correntes evangélicas têm sido as que crescem mais depressa entre a população. Na sua maioria, não se referem à reforma protestante do século XVI, mas sim à dissidência pentecostal, assente na ideia de um segundo baptismo (a sua expressão brasileira mais forte será a da Assembleia de Deus) e às correntes neopentecostais, como a IURD, fundada na ideia de cura e exorcismo e que promove a Teologia da Prosperidade. O seu triunfo, mas também o seu desgaste, pode ser bem representado pelo percurso de Marcelo Crivella, bispo da IURD e genro de Macedo, senador, depois prefeito Rio de Janeiro (foi preso em dezembro de 2020, depois de derrotado e a poucos dias do fim do mandato). Tinha sido ministro das pescas e da aquicultura de um governo da presidente Dilma Roussef (em 2012-4), tendo-se virado depois para um bolsonarismo indefectível.

Para promover esse crescimento das igrejas-empresa e para normalizar a confessionalização da vida política, a estratégia adotada foi a radicalização por sucessivos surtos de confrontos, em que os movimentos religiosos chegaram a ter o apoio de governos de partidos que foram de esquerda (na Nicarágua, com o apoio dos sandinistas, desde 2006 que o Código Penal passou a proibir todas as condições em que poderia haver interrupção de gravidez, incluindo a violação) e, como vimos, mesmo o PT integrou um bispo destas seitas no seu governo.

Naturalmente, também dentro da igreja católica proliferam seitas. Mesmo na cabeça da instituição têm uma longa tradição de violência: para nem referir a Inquisição ou as cruzadas, o exemplo de uma campanha militar contra uma "heresia" (ou seja, outra seita, neste caso a dos cátaros do sul da França em 1208, quando Simão de Monfort mandou matar toda a gente das aldeias, sem distinguir heréticos de católicos e foi abençoado por um bispo abençoou a matança, que dizia que "Matem-nos todos e Deus reconhecerá os seus") mostra como a violência sectária tem antecedentes. E prolongou-se no tempo.

A religião é um negócio

O ascenso das seitas integristas católicas, das correntes evangélicas e, sobretudo, das neopentecostais, que representam a mais óbvia empresarialização das religiões, demonstram importantes mudanças na relação de forças entre os campos religiosos. Mostram também a alteração da estrutura de alianças conservadoras e como tem crescido o seu ativismo popular, sendo disso testemunho o aumento da participação de mulheres como protagonistas das causas que as suas igrejas evangélicas representam. Os procedimentos de estigmatização dos direitos e da igualdade de género, por exemplo, são amplificados pelo apoio social que os líderes religiosos comandam. A consequência é que, na sua forma mais expressiva, esta teologia aponta para uma sociedade subordinada à autoridade religiosa, usando o medo como liturgia, o medo como política destrutiva e o medo como tecnologia de comunicação e de organização social. O seu modelo de uma república integrista religiosa é um pesadelo para a vida democrática.

No Rio de Janeiro, estas disputas têm também outras ramificações. Um líder do tráfico de droga, o "Noventinha", que controla o Parque Paulista, com 300 mil pessoas, e que promove a Assembleia de Deus, proibiu e destruiu todos os terreiros das religiões africanas no seu território. Uma facção do Terceiro Comando Puro, comandada por Álvaro Santa Rosa, o "Peixão", dirige o Complexo de Israel, também no Rio, e formou o que chama de Exército do Deus Vivo, constituindo o que é apresentado como "narcopentecostalismo". Os grupos de narcotraficantes controlam 15% da população da cidade, sendo aliadas das milícias formadas por polícias no ativo e na reforma.

Não haveria Bolsonaro de procurar a aliança com estas seitas?

Beber o Koolaid: o perigo dos cultos

Andreia Galvão*

Quase mil pessoas que se suicidam em obediência a um culto religioso e à ordem do seu líder – as seitas matam. E continuam a matar, a alienar e a destruir a autonomia e identidade de quem nelas se envolve. Neste artigo, refletimos sobre a lógica interna dos cultos sectários.

As narrativas sobre o perigo dos cultos têm sido cada vez mais capitalizadas pelas grandes indústrias cinematográficas, se pensarmos em programas como "Wild Wild Country" ou "Jonestown: Terror in the Jungle". Dificilmente vemos essas histórias sem sentir perplexidade. Parece-nos impensável que alguém "caia nessa conversa".

Talvez aí esteja o erro que leva todas as pessoas a juntarem-se a cultos. Ninguém acha que seria essa pessoa. Mas são diversas as estratégias empregadas por estas estruturas para levarem pessoas banais a cometer atos horrendos.

Estas mesmas estruturas têm diversas formas: podem ser grupos corporativos, grupos políticos, grupos religiosos, etc. É por isso que é tão difícil identificá-los quando não assumem formas mais perigosas, até para os próprios membros.

A promessa de um propósito de vida, da criação concreta de um novo modo de vida é extremamente apelativa para elementos que se vêm socialmente e emocionalmente vulneráveis. Há sempre um ou mais líderes carismáticos (os messias), que são autoritários e que assumem uma convicção que parece divinamente confirmada. Para os restantes elementos, esta figura é inquestionável e elabora-se todo um culto da personalidade.

Para fortalecer este sentido de unidade, os cultos costumam empregar estratégias como programas de doutrinação ou de brainwashing, que pretendem levar todos os membros a aceitar a realidade proposta pelo coletivo, como se fosse a visão ideológica correta para vislumbrar o mundo. Os elementos do culto só são aceites se aceitarem esta doutrinação, caso contrário são afastados. Finalmente, um elemento incontornável nos cultos é um nível de exploração- que pode ser sexual, financeira, etc.

Mas, olhando para estas características, seria lógico chegar à conclusão que quase todas as estruturas são cultos: os grandes profetas religiosos são, certamente, líderes carismáticos. Vários grupos religiosos já foram, na verdade, em certo momento histórico, considerados cultos. Por exemplo, o Judaísmo olhava para o cristianismo original como uma seita.

Alguns destes grupos surgiam com a intenção de criar um espaço onde os seus elementos pudessem resistir a uma ameaça externa, preservando a sua identidade. O surgimento massivo destes grupos também é contextual relativamente ao seu período histórico, dado que em momentos de maior turbulência político-social há uma maior incidência de seitas.

Um país que sempre foi particularmente aberto às novas expressões religiosas, que eram consideradas radicais e extremistas no continente europeu, são os Estados Unidos. Esta tradição foi popularizada pelos movimentos que surgiram na contracultura dos anos 1970's, mas a sua tradição é muito anterior a esse momento, remontando ao início da fundação do país. Tom Bissel, num artigo de 2019n para o "New Yorker", argumentou que os cultos não são exceções naquele contexto nacional, sendo na verdade fundacionais na história do país. Em "How cults made America"1 o autor conta as raízes do messianismo norte-americano, explicitando as suas relações com o marxismo e o progressismo.

O mistério relativamente a este género de estrutura deve-se, muitas vezes, ao modo como os seus líderes mantêm absoluto controlo, empregando técnicas de manipulação psicológica de. No entanto, especialistas chegaram mesmo à conclusão sobre as características que levam pessoas a juntarem-se a cultos, sendo estar-se a passar por uma transição de vida difícil, a abertura à criação de uma nova realidade, a pressão de grupo e a criação de um inimigo exterior que aproxima os membros ao líder do culto.

São vários os fenómenos de turbulência social contemporâneos que levam a novos movimentos de formação de cultos: o isolamento social, a crise climática, pandemias, … O fenómeno da internet auxilia a formação destas organizações, tornando-as independentes do espaço físico na qual se inserem, beneficiando da ordem de pensamento chamada de pipeline, que começa com a descoberta de um conteúdo online. Esta descoberta deriva numa série de novos conteúdos, levando a pessoa em questão a um ponto da internet onde não se esperava encontrar ou a aceitar ideias que nunca esperariam normalizar. Esta é uma grande ferramenta de recrutamento para grupos de extrema-direita, nomeadamente.

A relação de cultos com o sectarismo é evidente - o primeiro não existe sem o segundo. Esta expressão mais violenta dos cultos leva-nos a repensar sobre os perigos do sectarismo, quando se torna a índole de um grupo social.

*Andreia Galvão é ativista estudantil e climática.

dossiê

#44 SÉRIE II NOVEMBRO 2021

O sectarismo é uma arma do capital